

No dia da Consciência Negra, Fernando Pimentel regulamenta Política de Povos e Comunidades Tradicionais

Seg 20 novembro

O governador [Fernando Pimentel](#) assinou nesta segunda-feira (20/11), no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, decreto que regulamenta a Política de Povos e Comunidades Tradicionais. A cerimônia marcou o Dia Nacional da Consciência Negra e é resultado dos esforços do [Governo do Estado](#) para implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável de indígenas e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais mineiras.

Em seu pronunciamento, o governador pontuou que a assinatura do decreto não é um mero ato burocrático no Dia da Consciência Negra, mas sim a validação do que o povo mineiro quis nas últimas eleições.

“Esse decreto vai transformar em política pública ações que o governo já está fazendo desde que tomamos posse em 2015. Já fizemos muita coisa. Avançamos muito, mas ainda é pouco diante do que tem de ser feito. As tarefas são grandes e o decreto é um instrumento indispensável para que a gente possa resolver problemas que, muitas vezes, ficam parados muito tempo, muitos anos. Estavam parados em Minas Gerais desde sempre. Até a gente conseguir chegar ao governo para, aí então, transformar em medidas práticas aquilo que são reivindicações históricas da nossa gente”, afirmou.

Fernando Pimentel também disse que o ato de hoje serve para ajudar a reparar uma dívida histórica da sociedade brasileira. “Este ano, o Brasil está comemorando 129 anos da nossa tardia abolição da escravidão. A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os povos afrodescendentes. Nós queremos incluir nessa dívida também nossas comunidades indígenas e comunidades tradicionais de Minas Gerais, porque, no fundo, todos somos frutos da construção social que foi sendo feita, historicamente, ao longo dos anos, por esses povos”, analisou.

Política de Povos e Comunidades Tradicionais

O decreto define o rito para certificação de terras pertencentes aos povos e comunidades tradicionais e simplifica a titulação coletiva, além de prever o mapeamento das cerca de 800 comunidades quilombolas espalhadas pelo Estado, que é o terceiro em número de comunidades remanescentes de quilombos – ficando atrás somente do Maranhão e da Bahia.

O texto assinado pelo governador confere maior segurança jurídica para que os povos e comunidades tradicionais possam ter direito à posse de terras reconhecidas e o mapeamento dessas, e permitirá o levantamento das condições socioeconômicas dos quilombolas, o que ajudará o Estado a elaborar outras políticas públicas com o objetivo de fortalecê-los.

O passo inicial foi dado em 2015 com a realização, pelo Governo do Estado, do primeiro Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, durante o qual foi criada a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, presidida pela [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário \(Seda\)](#).

Segundo a coordenadora executiva da Coordenadoria Nacional de Quilombos, Sandra Maria da Silva Andrade, o decreto é muito importante. “Estamos vivenciando um ato histórico, que é a regulamentação das terras devolutas do Estado. Nossas terras sempre foram objeto de disputas e, por vezes, de muitas perdas humanas e de espaço”, ressaltou.

Para o deputado estadual Rogério Correia, que representou a Assembleia Legislativa na solenidade, agora Minas Gerais “poderá demarcar áreas de vazanteiros, pescadores, geraizeiros, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, todos esses povos que terão sua terra regulamentada. A gente espera que muita gente possa ter sua terra demarcada”, afirmou.

Comunidades quilombolas

As comunidades quilombolas tiveram participação efetiva na elaboração da Política de Povos e Comunidades Tradicionais. Em junho de 2015, o I Seminário para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, realizado na Fundação Caio Martins (Fucam), em Esmeraldas (Território Metropolitano), contou com a presença de mais de 600 quilombolas de todas as regiões do estado. O principal objetivo do encontro foi discutir a construção do Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais.

A partir de 2015, também foi criado o Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, que, neste ano, terá sua terceira edição programada para acontecer em dezembro. Neste período, 55 certificados foram concedidos a 61 comunidades quilombolas de 30 municípios mineiros.

Compareceram à solenidade os secretários de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo, de [Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania](#), Nilmário Miranda, de [Educação](#), Macaé Evaristo, de [Planejamento e Gestão](#), Helvécio Magalhães, e de [Trabalho e Desenvolvimento Social](#), Rosilene Rocha, além do deputado federal Reginaldo Lopes e do deputado estadual Cristiano Silveira. Também participaram representantes e lideranças de povos indígenas, quilombolas, geraizeiros e vazanteiros de diversas regiões do estado.